

# CABO DELGADO E O RISCO SISTÉMICO DA GUERRA EM MOÇAMBIQUE

Severino Ngoenha, Giverage do Amaral, Alcido Nhumaio

«A guerra, *aquele monstro que se alimenta das vidas e das fazendas e tanto mais come, tanto menos se farta*» (P. António Vieira)

## INTRODUÇÃO

A obra *Risikogesellschaft: auf dem Weg in eine andere Moderne* (Sociedade de risco: Rumo a uma Outra Modernidade) do sociólogo alemão Ulrich Beck (1986) tornou-se uma passagem obrigatória do discurso da globalização de riscos. Contudo, é legítimo perguntar, com um certo eufemismo, se, com o agravamento acelerado e sempre mais extensivo da globalização de riscos, o livro não ficou, paradoxalmente, ultrapassado, desactualizado.

A pandemia do coronavírus que vivemos é, sem dúvida, o expoente mais alto dos perigos globais até hoje materializados, quer ela resulte de causas naturais, da manipulação biológica ou de uma excessiva intervenção do homem sobre o *habitat* natural de outras espécies. As polémicas em volta dos beneficiários da futura vacina, entre aqueles que defendem que deve beneficiar, *inprimis*, as suas populações – Estados Unidos mas também a União Europeia – e os países pobres, que clamam que a futura vacina seja extensível à humanidade inteira e a preços acessíveis, serve para certificar a tese de U. Beck de uma globalização que generaliza e massifica os riscos, mas é muito mesquinha, somática, forreta a distribuir benesses pelas populações do mundo.

Os «pecuniocratas» meios de comunicação global encarregaram-se de fazer chegar o vírus mesmo lá onde ainda não estava, o que, associado à fraca autonomia crítica dos nossos governos, levou à desactivação de vários sectores da economia e ao ulterior enfraquecimento de economias já fracas. A pandemia do coronavírus vem, assim, juntar-se a outros exemplos de globalização de riscos, como as desigualdades económicas, ecológicas, políticas e culturais. Porém, a novidade que a crise do coronavírus apresenta é que, depois de anos de uma literatura social que fazia a dicotomia entre os beneficiários da globalização e as suas vítimas, o coronavírus revelou um problema maior e mais extenso que leva ao questionamento dos dogmas neoliberais que pilotam o processo da globalização: a deslocalização da produção para os locais de custo mais baixos (países pobres), o sistema privado de saúde, o livre *exchangismo*.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Currency exchange*.

A crise por que passam os principais países do mundo e da globalização neoliberal (como são os EUA, a Alemanha e a França), incapazes de terem hospitais públicos em número suficiente para acolher os seus cidadãos, com insuficiência de camas hospitalares e até falta de capacidade de produção de ventiladores porque o material provém de outras partes do mundo, particularmente da China, levanta fortes questões sobre o bem fundado da globalização em si mesma.

Os questionamentos e as perplexidades ocidentais de hoje fazem parte do repertório crítico dos países do Sul global de há 50 anos a esta parte. Esta conjugação de percepções radicaliza as posições de U. Beck e autoriza a questionar se a globalização neoliberal, claramente nefasta para os países do Sul, não é na realidade também pernicioso para os povos do Norte. Assim, a globalização não seria um risco simplesmente porque se tem consciência de produzir muitas riquezas e muitos riscos, nem pelo facto de a distribuição dessas riquezas e riscos pelas diferentes partes do planeta ser desigual, mas, pela sua própria existência, resultaria nefasta para o conjunto das sociedades ecológicas e humanas. O risco seria a globalização em si mesma.

Como defendem Peter Sloterdijke e Slavoj Žižek, as populações do Norte conheciam os desastres que o seu modo de vida causava nos países do Sul, mas com cinismo e indiferença continuavam no mesmo diapasão para aquilo que lhes parecia longínquo no espaço. As questões da degradação ambiental, apesar de se abaterem cada vez com mais força sobre o mundo, eram também percebidas como longínquas no tempo e no imaginário. O coronavírus invadindo Nova Iorque, Paris ou Londres pôs em evidência, de forma concreta e existencial, os riscos que a globalização neoliberal faz correr, não só ao longínquo Sul, mas à humanidade inteira.

Visto de Moçambique, o coronavírus é mais um entre os tantos riscos que se têm abatido sobre o País com a mesma dimensão e gravidade nas últimas cinco décadas. Em ordem decrescente, **os riscos ambientais** acompanham a história do País, que é regularmente assolado por eventos naturais extremos que atingem de forma catastrófica as comunidades mais vulneráveis. Nos últimos anos, foram registados mais de 20 eventos de cheias, 10 de seca, 16 de ciclones tropicais e 18 de epidemias, sem contar o elevado número de desabrigados e mortos aos milhares (Mozambique, 2009).

Para este alto nível de vulnerabilidade aos eventos extremos contribuem três factores: o primeiro é a localização geográfica do País a jusante dos principais rios da região austral do continente e na via preferencial dos ciclones tropicais mais destrutivos da região (canal de Moçambique), em segundo lugar a nossa fraca habilidade para prever a ocorrência desses eventos climatéricos, e por fim as deficiências na disseminação de avisos prévios para as populações.

Estes eventos atingiram o seu apogeu com os ciclones Dineu, Idai e Kennedy, que, conjugados com a baixa capacidade de adaptação, a alta exposição, a fraca previsibilidade e a incapacidade

de resposta, afectaram zonas economicamente importantes, causando o aumento da vulnerabilidade socioeconómica e colocando o País entre os primeiros a serem dura e constantemente atingidos pelos riscos ambientais de origem hidrometeorológica.

O coronavírus e os riscos ambientais vêm juntar-se aos **riscos económicos e financeiros**, representados pelas dívidas ocultas e o branqueamento de capitais, factos que não são explicáveis fora de um contexto de globalização financeira que consiste em penalizar os países mais frágeis com empréstimos, usuras, endividamentos sistemáticos e, desta vez, com um sistema sincronizado de alianças entre as nossas elites corruptas e cooptadas e a corruptora finança internacional.

E, por fim, aos **riscos políticos – mesmo na pós-política –**, que, apesar do fim das dicotomias ideológicas que segmentaram o mundo do século xx entre esquerdas e direitas, mantêm no País uma nova estrutura ideológica de legitimidade histórica, de governação a todo o custo, inclusive com o uso da violência, contra aqueles que continuam a ser percebidos através de uma dicotomia revolucionária-reaccionária e por isso mesmo excomungados da esfera do poder. Esta dimensão política da pós-política também não pode ser compreendida fora da esfera do neoliberalismo triunfante, que transfere o campo do debate e da deliberação e o subordina ao campo económico. Este processo não só redimensiona a democracia, como transforma a política e as instituições públicas em campos de batalha para conquista de bens materiais.

Porém, o maior risco que Moçambique conhece é, sem dúvida, a guerra. Entre uma trégua e outra, a política moçambicana continua muito permeável à violência das armas e a paz aparece sempre como um intervalo entre duas guerras.

Moçambique nasce da guerra e boa parte da sua história e das suas energias consome-se em guerras: a guerra de libertação, as invasões da Rodésia de Ian Smith, as incursões do *Apartheid* da RSA de Peter Botha, a guerra dos 16 anos, o conflito armado no centro do País de 2013 a 2016, os conflitos político-partidários nos períodos eleitorais e, actualmente, os ataques de Nhongo no Centro e a guerra em Cabo Delgado no Norte. Se acrescentarmos o imperialismo militar de Ngungunhane do Sul do Save até ao vale do Zambeze no século xix e as campanhas militares do Portugal imperialista pela ocupação colonial de Moçambique, a periodização e a sucessão das guerras tornam-se ainda mais longas.

Em Moçambique a guerra é um risco sistémico: na linguagem de Thomas Hobbes, é a mãe de todos os riscos. A guerra é transversal a todos os outros riscos em termos de consequências sociais, económicas, políticas e culturais: destrói as infra-estruturas, como a rede escolar, os hospitais, as vias de acesso e os tecidos sociais; enfraquece a economia; paralisa a agricultura; apodera-se da indústria; e instala a fome, a miséria e toda a espécie de desgraças. A guerra é o maior dos riscos sistémicos de Moçambique não apenas pelos seus efeitos altamente destrutivos, mas porque agrava a probabilidade de ocorrência dos demais riscos aos quais o País está sistemática e concomitantemente exposto.

Em geral, as considerações sobre a guerra em Moçambique são feitas de duas maneiras diferentes. De um lado, a **abordagem político-militar**, que privilegia a busca de mecanismos de diálogo entre os beligerantes, o que supõe o conhecimento e o reconhecimento entre as partes e das razões que levam uns e outros a optar por um confronto armado. Esta abordagem tem sido a adoptada pelos diferentes governos moçambicanos que enfrentaram conflitos nos seus mandatos, ou seja, todos. Actualmente não parece que uma tal via se vislumbre salutar nas estratégias contra os dois conflitos armados em curso no Centro e Norte do País.

Por outro lado, a **abordagem técnico-científica**, que parte do pressuposto de que o fenómeno da guerra é complexo e privilegia uma epistemologia interdisciplinar, na qual participam muitos saberes disciplinares no esforço de apreender as suas razões e causas. Esta abordagem procura entender o que leva o País a fazer da guerra o seu *modus vivendi*, o que leva grupos, partidos e facções militares a optarem sistematicamente pela confrontação militar.

Esta *démarche* está na linha da polemologia,<sup>2</sup> que é um procedimento científico orientado para avaliar, crítica e minuciosamente, as guerras, suas causas e razões. Este procedimento mobiliza causas do passado e do presente – de natureza política, económica, estratégica ou cultural – a fim de prever e evitar razões que possam levar a novos conflitos. Ele permite a tomada de decisões por antecipação e assim evitar o deflagramento de novas guerras (Ngoenha, 2017).

No geral, os riscos não são naturalmente previsíveis. Temos de nos apoiar nos saberes técnico-científicos para os prevenir. Alguns riscos, como a guerra, apesar da sua complexidade, são muitas vezes previsíveis; as manifestações da possibilidade da sua materialização podem evidenciar-se de tal modo que as tornem até evitáveis.

A guerra de libertação era previsível para Portugal, a partir do quadro das independências africanas na década de 60 do século xx, do deflagrar das guerras de libertação na Ásia e na América Latina, das guerras levadas a cabo pelo PAIGC na Guiné e em Cabo Verde, pelo MPLA, UNITA, FNLA em Angola, entre outros. Estes factores faziam com que o sistema colonial português tivesse meios para prever o advento da guerra e, em consequência, para evitá-la. Infelizmente o Governo colonial português não teve a sabedoria política necessária para o fazer.

A chamada guerra civil que durou longos 16 anos também era em parte previsível. Pela presença de regimes racistas na África do Sul e na Rodésia, pelo quadro da Guerra Fria no qual Moçambique alinhou proclamando-se marxista, quando estava ao lado de países com ideologias opostas, pelos resquícios da violência praticada no interior da FRELIMO contra pessoas e grupos e pela própria ideologia decidida e implementada logo depois da independência. Infelizmente também não se teve brio necessário para evitá-la.

Existem hoje estudos que tentam mapear as zonas de guerra no mundo, as zonas de maior risco, e que tentam avaliar as suas causas e os seus mecanismos para as evitar por antecipação.

<sup>2</sup> Polemologia: ramo da ciência política que se dedica ao estudo científico das guerras enquanto fenómeno social. O termo foi proposto pelo sociólogo e economista francês Gaston Bouthoul (1896-1980) no seu livro *Cent millions de morts* (1946).

A bibliografia é extensa e sugestiva: desde os estudos de serviços de informação dos EUA e dos estudos de organismos internacionais e actores globais como bancos (IMF, 2014), instituições de ajuda e de pesquisa, passando pelos estudos da universidade sueca de Uppsala. Esta, além dos estudos que recorrentemente publica, apresenta, *online*, um mapa-múndi pontilhado de focos de guerra por Estado e, dentro de cada Estado, por região. Curiosamente, no referido mapa para o período de 2013 a 2016, Moçambique vem pontilhado na zona centro.

Os factores explicativos invocados para as guerras em Moçambique coincidem com as quatro razões da guerra nos vários países do continente. Primeiro, a gestão neopatrimonialista dos estados por parte de dirigentes e/ou partidos históricos ou libertadores, que levam recorrentemente a conflitos pós-eleitorais e a guerras internas provocadas pela exclusão política (Annan, 2006).

Se a República Democrática do Congo (RDC) de Mobutu e de Joseph Kabila, a Líbia de Khadafi, o Egipto de Mubarak ou o Zimbabwe de Robert Mugabe aparecem como exemplos da personalização do Estado, Angola e Moçambique são exemplos de Estados que se confundem com o partido fundador. Como defendia Franz Fanon, «os libertadores tornaram-se colonizadores dos seus próprios povos» não só porque herdaram as instituições e o *modus operandi* do colonialismo, mas também porque dispuseram das riquezas dos seus países como propriedades pessoais.

O segundo factor tem que ver com a inexistência ou com a fraqueza das políticas sociais para a melhoria de vida das populações. Wolfgang Döpcke<sup>3</sup> (2004:16-19) defende que a única causa das diversas guerras tem que ver com a insatisfação das necessidades básicas: os diversos conflitos armados são sintomas de crise de governabilidade, na qual os governos negam, sistematicamente, a parcelas significativas das suas populações, a satisfação das necessidades biológicas, materiais e imateriais, como a identidade, a participação e a autonomia.

O terceiro factor são os conflitos históricos e culturais entre populações de um mesmo país. Distribuição desigual de recursos socioeconómicos e políticas de exclusão entre etnias outrora rivais têm estado na razão de conflitos armados internos em vários países africanos. Isto dá azo a manipulações políticas das etnicidades para responder a interesses particulares (internos ou externos aos países).

O quarto factor de guerra em África prende-se com a gestão danosa dos recursos naturais por parte de governos. Segundo a literatura especializada, a ausência ou deficiência destas políticas constitui um enorme potencial de conflito armado, tanto a nível interno dos estados, onde

<sup>3</sup> No seu artigo «Paz e guerra em África», Döpcke (2004:16-19) percorre os diferentes países que enfrentaram o fenómeno da guerra; do «Sudão (Sul w. Norte), passa por Moçambique, Angola, Zimbabwe, Namíbia e RSA do quadro da Guerra Fria, substituídos depois por países da África ocidental (Libéria, Serra Leoa, de novo Libéria, Guiné e Guiné-Bissau até Costa do Marfim), seguidos depois pelas chamadas “guerras de baixa intensidade” no Mali e Chade, e, depois, por guerras sangrentas do Ruanda, Burundi, Uganda, ex-Zaire e Congo, além dos países do corno de África (Somália, Etiópia e Eritreia) até às guerras reacesas em estados como Moçambique» – Cf. Wolfgang Döpcke: 17.

grupos disputam entre si e com os governos o controlo de parcelas ricas em recursos; quer entre Estados vizinhos ou até com a ingerência de grupos ou potências externas.

São exemplos do primeiro caso as rixas entre o Malawi e a Tanzânia pelo Lago Niassa, o quarteto RDC, Angola, Ruanda e Uganda ou Swazilândia-Moçambique em luta pela baía do Maputo, etc. Os conflitos entre potências (grupos privados ou Estados) pelo controlo dos recursos naturais não são sempre explícitos e fazem-se normalmente por vias encobertas, financiando guerrilhas internas ou instalando bases militares em redor dos Estados africanos, por manipulações ou cooptações de actores locais.

Qual era a previsibilidade e qual dos cenários acima invocados é susceptível de explicar a guerra de Cabo Delgado? As discussões actuais focalizam-se em três níveis de problemas para explicar o surgimento da guerra na província nortenha de Moçambique.

O primeiro nível é de carácter religioso. Como demonstrado no livro *Abadon* (Ngoenha, 2017), as religiões nunca foram a razão das guerras em lugar nenhum do mundo, mas o seu uso político e os interesses económicos que se escondem por detrás delas. Desde a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, a questão das *Jihads* internacionais tornou-se um factor importante na política e nos conflitos internacionais; estes conflitos, nascidos na Europa, Ásia e América, entraram no continente africano e fizeram emergir movimentos como o Boko Haram, desceram pela costa da Nigéria e passaram pelo Quênia, Somália, Tanzânia, pelo que não era completamente surpreendente e imprevisível que eles chegassem a Moçambique. A razão desta previsibilidade está ligada ao número de praticantes e às diferentes facções do Islão que temos no País e à permeabilidade incontrolada do País em processos migratórios.

O segundo nível está ligado ao primeiro e são as fracas políticas sociais. Depois de terem sido campeãs na luta contra a colonização portuguesa e nos conflitos que se seguiram, as populações moçambicanas ficaram, na maioria, ainda em condições de excessiva pobreza, com o Estado a demonstrar-se incapaz de assumir políticas susceptíveis de melhorar as condições de vida das populações. Esta pobreza fica ainda mais patente diante do incremento de focos de riqueza resultantes da exploração das minas, do tráfico de mercadorias diversas e da «frelimização» da economia, que teve sempre a zona de Cabo Delgado como passagem, favorecendo a riqueza de alguns estratos da população em detrimento de outros.

O terceiro nível, e o de maior previsibilidade, é a descoberta de recursos naturais. A ideia da maldição de recursos não é anedótica. A Universidade de Uppsala, o maior centro de estudos de questões de guerra, no mapa que faz sobre as guerras no mundo, demonstra duas coisas fundamentais: primeiro, que as zonas de maior quantidade de recursos naturais são também as zonas com maiores conflitos no planeta; segundo, que essas zonas se encontram maioritariamente em África. Portanto, este continente, e, particularmente, as zonas de maior quantidade de recursos, tornam-se focos privilegiados de destabilização.

No geral, os dois primeiros factores, questões religiosas e fracas políticas sociais, servem simplesmente de cobertura, ou, quando muito, facilitam a implantação daquele que acaba por ser o factor decisivo: os recursos naturais. Em outras palavras, a compreensão, complexa, do fenómeno da guerra no Norte de Moçambique, como hipótese de trabalho, está ligada aos factores acima invocados numa hierarquia que coloca no centro a ideia dos interesses económicos ligados à descoberta dos recursos naturais, conjugada com o uso e aproveitamento das fragilidades do País na sua estrutura religiosa e nas suas políticas sociais.

As potencialidades de conflitos neste cenário podem derivar de duas índoles, nomeadamente, geoeconómica e geopolítica. Ao nível geoeconómico, encontramos tendências das grandes potências à corrida para obtenção de recursos naturais. Os estudos da NCI (National Intelligence Council – colectivo de assessoria estratégica do presidente norte-americano) ou da Universidade de Uppsala observam, como acima referido, que os lugares onde existem recursos no mundo apresentam maiores riscos e potencialidades de conflitos, o que faz de Moçambique, detentor de imensos recursos, um importante potencial de risco de guerra.

Os estudos da NIC prevêem o incremento de conflitos causados pelas grandes potências no continente africano (National Intelligence Council, 2007). As disputas entre as grandes potências deflagram militarmente em países fracos, do terceiro mundo e, principalmente, quando os mesmos países possuem recursos naturais. Neste sentido, os países do terceiro mundo, e particularmente os africanos, são transformados em palco de conflitos das principais potências, devido à concorrência destes pelos recursos naturais.

Ao nível geopolítico, a literatura adverte para conflitos de índole ideológica. A particularidade dos conflitos ideológicos tende a ser menos política (em Cuba, na Coreia do Norte, na Venezuela) e económica, do que ideológico-religiosa. Há uma tendência de proliferação do fundamentalismo islâmico que se traduz em actos de terrorismo no mundo. Estes conflitos começaram a observar-se no Médio Oriente, na Europa e nos Estados Unidos, e, nos últimos tempos, em África, em países como a Nigéria, o Quênia, o Sudão e, mais recentemente, em Mocímboa da Praia, em Moçambique. Todos estes estudos remetem-nos à consideração da previsibilidade da guerra em Cabo Delgado; a iminência de conflitos aí torna-se evidente; contudo, ocorre questionar se esta guerra, assim como as outras, era também evitável?

Hoje o risco da guerra em Moçambique não se limita à contraposição entre as forças político-partidárias, mas alarga-se ao Al-Shabaab, Daesh ou Estado Islâmico, coadjuvados por jovens moçambicanos na província de Cabo Delgado e com apoio externo (Rogério, 2020).

É um facto que existe uma questão ou um problema de carácter religioso em Cabo Delgado e no interior da comunidade islâmica. Contudo, *a priori*, a distinção entre sunitas e xiitas não parece particularmente importante para muitos muçulmanos locais, pois eles parecem identificar-se mais com uma liderança religiosa local do que com as principais tendências rivais do Islão. Todavia, as novas lideranças religiosas nos últimos 20 anos foram, em grande

parte, formadas e condicionadas em diferentes partes do mundo e em diferentes práticas do Islão, nomeadamente no Egipto e na Arábia Saudita, e fazem emergir disputas de espaço e legitimidade na província (U.S. Department of State, 2007).

Por outro lado, dada a incapacidade do Estado para cobrir todo o sistema escolar do País, os espaços de ensino e aprendizagem em zonas de maioria muçulmana passaram a ser preponderantemente as mesquitas, que se tornaram também, em boa parte, locais de convivência e de vida social (Santos, 2020), o que transfere os conflitos religiosos latentes para o espaço social.

Porém, questões religiosas, sozinhas, não bastam para explicar a guerra. Em Moçambique existem 5 094 024 praticantes do Islão (20 % do total da população) que se espalham pelo País de forma desigual, o que faz com que o facto supracitado também se encontre presente em outras províncias com maior incidência de islâmicos. Isto faria pressupor que as questões religiosas invocadas para a guerra em Cabo Delgado poderiam ter lugar em outros pontos do País, o que não sucede. As questões religiosas são reais, mas não são uma causa suficiente, pela magnitude e armas usadas, para explicar o conflito que se desenrola na província de Cabo Delgado.

Para se pensar as razões da guerra evocam-se também as questões étnicas, a disputa entre Macondes e Muânis. Afinal, muitos dos integrantes do grupo insurgente parecem comunicar-se em muâni e suaíli. Ademais, os insurgentes parecem estar a recrutar seguidores nas zonas e distritos costeiros de Nampula, o que pode ser interpretado como um reforço do poder bélico dos insurrectos com vista a promover o Islão como religião predominante (*ibid.*). Contudo, a presença de grupos étnicos parcialmente discordantes encontra-se em muitos outros lugares de Moçambique, por exemplo, os Ndaus e Senas na região Centro do País, cujo desacordo ficou patente pela disputa da língua litúrgica nos cultos católicos. Porém, a escolha da língua ndau em detrimento da língua sena não degenerou em conflito armado. Na zona Sul e Centro, o conflito entre os Changanas e os Ndaus na disputa de poder político-económico, na expansão do colossal império de Gaza, também não degenerou em conflito armado. A questão das desproporções económicas entre grupos étnicos é recorrente na história do nosso País porque, depois das classes privilegiadas serem compostas por brancos, hoje os detentores das riquezas passaram a ser os paquistaneses e indianos, que detêm parte considerável do espaço comercial nacional, e os membros do partidão, que se tornaram a nova tribo dos endinheirados.

A questão das fronteiras porosas, em que um grupo etnicamente homogéneo se encontra dividido em dois países diferentes e em que chega a haver reivindicações de territorialidade da parte de estrangeiros em relação ao espaço moçambicano (no fundo todos fruto do mesmo problema, que é a necessidade do livre acesso ao mar), como acontece com as ameaças trocadas com o Malawi, a Rodésia do Sul, a República da África do Sul, o Reino de Swazilândia, tem por base casos de partilha semelhante aos que acontecem na província de Cabo Delgado com



a Tanzânia e a fragilidade do controlo do acesso das embarcações do Médio Oriente que usam Cabo Delgado como porta de entrada. Este aspecto ocorre em diferentes proporções por toda a costa moçambicana e nas fronteiras do *hinterland*. Contudo, não degeneraram em guerra como acontece em Cabo Delgado.

Assim, por um processo de eliminação, parece-nos que a particularidade da província de Cabo Delgado centra-se na vastidão dos recursos minerais descobertos nos últimos anos, com destaque para a descoberta do petróleo. Com efeito, a questão dos recursos naturais é a infra-estrutura, que com o seu peso económico, implica o envolvimento de actores estrangeiros - italianos, franceses, americanos - e ofusca e subordina os outros subsistemas económicos existentes na região, tais como o tráfico de drogas, turismo, pesca ilegal, caça furtiva, venda de pedras preciosas, marfim, madeira e outros.

A descoberta de recursos petrolíferos e a presença das grandes companhias incrementaram a fiscalização repressiva da exploração ilegal de recursos naturais e a ruptura de fontes de rendimento nas minas em Montepuez (VOA Português, 2019), bem como a omissão dos países vizinhos, o que explicaria a posição da Tanzânia (Louro, 2018).

Pela sua dimensão e importância no cenário nacional e internacional, pelo volume económico e impacto político e social, as descobertas de recursos naturais têm uma natureza que subalterniza qualquer outro mecanismo económico - e até político - em Cabo Delgado. Estes recursos naturais não só suscitaram veleidades de grandes potências, dos corruptos dirigentes do Estado, mas também das comunidades, pessoas ou grupos.

Até os factores de natureza religiosa, étnica, política e social, que sempre existiriam, mas não tinham espaço de expressão, encontram lugar e espaço de expressão na grande metamorfose que as descobertas dos recursos suscitaram. As veleidades e conflitos étnicos, religiosos e políticos que não sabiam como se fazer valer de outra forma, encontram neste quadro geral, dependente do petróleo e do gás, um espaço para se exprimir. A metamorfose é tão grande que os recursos alteram até as relações de força entre o Estado longínquo de Maputo e a lideranças locais, que começam a ganhar espaço.

O tipo de mudança que a economia do petróleo representa muda também a natureza das relações sociais, bem como a relação dos homens com a própria terra. Surgem vozes a reivindicar-se donas dos territórios afortunados e até a própria moçambicanidade é colocada em causa por veleidades separatistas. Afinal fazer parte de Moçambique parece trazer menos benefícios. Aliás, nunca representou ganho nenhum em momento algum.

Assim, a nossa tese é a de que a descoberta dos recursos naturais em Cabo Delgado é o elemento central em volta do qual gravitam e tomam corpo todos os outros microproblemas; a guerra só é explicável com a descoberta dos recursos naturais.

Todos os outros factores enumerados nos diferentes estudos aqui citados podem existir e são pertinentes, mas só ganham e tomam corpo como reivindicações devidas e apresentadas em

função do maciço fenómeno da descoberta de recursos e das mudanças estruturais de carácter económico, político, social e até cultural que desencadearam.

Não se pode excluir que as descobertas de recursos naturais tenham criado outro tipo de problemas: desestabilização provocada pelas potências concorrentes, pelos excluídos no processo, pelas companhias exploradoras interessadas na pouca presença das populações e do Estado, como acontece em muitos outros países – Afeganistão, Líbia, Síria – ou pelas potências interessadas na desestabilização de Moçambique, até por razões de concorrência ligada ao fornecimento do petróleo (Arábia Saudita).

Os principais intervenientes, pelo menos oficiais - Eni, Anadarko, Total - parecem ter um acordo entre eles: compram e vendem lotes com lucros nas nossas barbas, por isso parece pouco provável que estejam em luta entre si. Resta perguntar se eles têm ou não interesse na desestabilização da área, seja para fazerem os seus negócios de segurança e promoverem a exploração sem vigilância, seja para fomentarem o afastamento entre as populações e o Governo.

Um segundo elemento tem que ver com outros grandes produtores de petróleo não contemplados no negócio de Cabo Delgado – República da África do Sul, China, Rússia, Eric Prince entre outros: teriam ou não interesse em desestabilizar o País como forma de reivindicar o seu «pedaço do bolo»? E para os países da OPEP, o que significa uma nova fonte de petróleo no mundo?

O aparecimento de estruturas fortemente organizadas, e com armas de guerra sofisticadas, como os drones, na guerra de Cabo Delgado, não pode ser atribuído aos muânis, aos macondes nem à contestação dos rapazes desempregados que estão na rua, nem aos confins das mesquitas moçambicanas; tem de haver a intervenção de um factor externo, um factor suficientemente grande e capaz de capitalizar os nossos conflitos internos e subordiná-los aos seus próprios interesses.

Poderá o ISIS, hoje, fazer isso? Eles já demonstraram, no passado e em outros lugares (Síria e Médio Oriente), ter fundos e organização para levar a cabo tal guerra. Porém, os estudos já citados tendem a demonstrar que, neste momento, o ISIS não tem condições de mover esta guerra. Isso reduz os cenários a um só, ao petróleo, o «maldito petróleo» apontado pela Universidade de Uppsala (Department of Peace and Conflict Research, 2020).

A tese fundamental, portanto, é que a questão da guerra de Cabo Delgado só é explicável na sua totalidade pelo cenário da descoberta de petróleo, sem com isto querer minimizar as questões apontadas como fontes de conflito por outros autores. Neste sentido, até em relação a todos os problemas surgidos em outros lugares do continente africano e do mundo onde foram descobertos recursos naturais, a questão de Cabo Delgado era previsível.

Como a guerra dita civil, que tem origens nos acordos de Alcora, e a consequente intervenção da África do Sul e Rodésia na guerra de libertação (e continuou com os ataques de Chiculacuala)

foi *moçambicanizada* com a manipulação de problemas e fragilidades internas, também a guerra de Cabo Delgado tem provavelmente no petróleo a sua razão fundamental e manipula as nossas fragilidades e contradições para se *moçambicanizar*.

Essencialmente, o que faz a sistematicidade da guerra em Moçambique é a fragilidade do nosso tecido político e social e a localização geográfica do País.

Quanto ao primeiro, os riscos ambientais, os cenários levantados cobrem em termos de tentativa de explicação. O segundo aspecto faz de nós uma ilha lusófona no meio de países anglófonos na sua maioria sem acesso ao mar. A localização de Moçambique (2700 km de costa) é geopoliticamente e economicamente estratégica por permitir a circulação de mercadorias entre os países africanos e o Oriente, pela navegabilidade do canal de Moçambique. Assim, Moçambique torna-se um corredor de interesses económicos que configuram a probabilidade de tensões entre os actores envolvidos, de modo que a iminência de conflitos entre elas seja perene. Tal situação exige um Estado forte em termos de segurança e de políticas económicas e sociais eficazes.

Porém, a questão fundamental não é saber o que poderia ou deveria ter feito um Estado moçambicano, a quem se desvelou o livro branco da existência de recursos naturais, depois de 16 anos de uma guerra pilotada do exterior, que desestabilizou o País, enfraqueceu o Estado e destruiu as poucas infra-estruturas, inclusive as áreas produtivas e de formação. O problema é como remediar, como inverter o cenário, como parar a guerra, evitar o desmembramento do País e tirar proveito das migalhas dos dividendos do petróleo para ajudar à sobrevivência do País.

## REFERÊNCIAS

- Annan (2006). *Relatório do Secretário-Geral da ONU, Prevenção de Conflitos Armados de Koffi Annan*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2006/09/1283831-assembly-general-debate-prevencao-de-conflitos-armados> (consultado a 8 de Setembro de 2006).
- Beck, U. (1986). *Risikogesellschaft: auf dem Weg in eine andere Moderne*. Suhrkamp. Frankfurt: Verlag.
- Department of Peace and Conflict Research (2020). Uppsala Universitet. Disponível em: <https://www.pcr.uu.se/research/ucdp/> (consultado a 29 de Maio de 2020).
- Döpcke, W. (2004). «Paz e Guerra na África». *Boletim Meridiano* 47. v. 5 (44-45), 16-19.
- International Monetary Fund (2014). *Regional Economic Outlook. Asia and Pacific: sustaining the momentum – vigilance and reforms*. Washington D.C.: IMF. Disponível em: <http://googl/Q7yCG4> (consultado a 16 de Julho de 2017).
- Louro, M. (2018). «Comunicação Social, África». In: *Jornal Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/06/10/mundo/noticia/de-onde-apareceu-o-extremismo-islamico-que-assola-mocambique-1833590>.
- Mozambique (2009). *Synthesis report. INGC Climate Change Report: Study on the Impact of Climate Change on Disaster Risk in Mozambique*. L. B. Van & R. Brito (eds.).
- National Intelligence Council (2007). *Global Trends: Paradox of Progress, 2034*. Disponível em: <https://www.dni.gov/files/documents/nic/GT-Full-Report.pdf>. January 2017 NIC 2017-001 ISBN: 978-0-16-093614-2 Disponível em: [www.dni.gov/nic/globaltrends](http://www.dni.gov/nic/globaltrends)
- Ngoenha, S. (2017). *Resistir a Abadon*. Maputo: Paulinas. 159 p.
- Rogeyro, N. (2020). *Cabo do Medo, o Daesh em Moçambique 2019-2020*. Lisboa: Dom Quixote.
- Santos, F. A. dos (2020). *Guerra no Norte de Moçambique, uma Região Rica em Recursos Naturais– Seis Cenários*. Bergen: CMI.
- Uppsala Universitet: The Uppsala Conflict Data Program (UCDP) Department of Peace and Conflict Research. Disponível em <https://www.pcr.uu.se/research/ucdp/> (consultado a 3 de Julho de 2020).
- U.S. Department of State (2007). *Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor, International Religious Freedom Report 2007*. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/j/drl/rls/irf/2007/90111.htm>.
- VOA Português (2019). «Insurgência em Cabo Delgado: O Estado deve dialogar com as comunidades, diz o académico Jerry Maquenzi». Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/insurg%C3%Aancia-em-cabo-delgado-o-estado-deve-dialogar-com-as-comunidades-diz-o-acad%C3%A9mico-jerry-maquenzi-/5003043.html>.